

Um Movimento Negro em Alagoas: A Associação Cultural Zumbi (1979-1992)*

Jefferson Santos da Silva**

O Movimento Negro¹ em Alagoas constitui assunto pouco estudado. Tal fato decorre a princípio da própria precariedade em que estão inseridos os militantes negros. Um destes ainda diria, ironicamente, que ainda temos forte tradição oral, o que dificultaria a produção escrita. Por outro lado, nos deparamos com aqueles que não preferem pôr o dedo na ferida. Essa seria a problemática racial brasileira. Aqui estão incluídos também aqueles que reduzem a problemática a “uma questão social” ou ainda, a uma “questão de luta de classes”. Sabemos que não podemos ignorar a conjuntura sócioeconômica em que o afro-descendente está inserido. Não obstante, não podemos ignorar a particularidade na qual o racismo situa o negro em nossa sociedade, onde esta deve ser abordada sob uma perspectiva em que a subjetividade seja posta em pauta.

Ao falarmos de movimento negro em Alagoas, é importante que nos remetamos ao século XVII, mais precisamente ao Quilombo dos Palmares. Tal volta ao passado não deve se dar de forma a buscar uma genealogia do protesto negro, que estaria inserido em uma forçosa evolução linear, mas sim estabelecendo-se uma análise comparativa das circunstâncias e injunções que permeavam e permeiam o protesto negro de ontem e de hoje. Tal exercício careceria de um estudo mais demorado, que não será realizado neste artigo.

No Estado de Alagoas vem de longa data. O seu estudo nos leva à época colonial de nosso país. É nesse momento que vemos as primeiras manifestações de rebeldia negra, sejam elas as fugas individuais, sejam elas grupais como os quilombos. Podemos ainda considerar como focos de resistência negra, as várias instituições que o negro forjou

no mundo colonial, sendo estas as manifestações culturais e religiosas, que mais tarde serviriam de inspiração ao nosso saudoso José Zumba².

Essas últimas, a despeito de constantes desqualificações que chegam a afirmar que o quilombo era importante para o sistema colonial, constituem um dos principais fatores da abolição do sistema escravagista. É nesse sentido que tal acontecimento, a abolição da escravatura, não se deu meramente por razões econômicas ou simplesmente humanísticas. É nesse período que temos a agudização das teorias racistas de então. Pois não é outra coisa, senão isto, o que significa a baixa confiança no desenvolvimento do país, por conta de sua composição étnica, verbalizada pelos nossos primeiros grêmios de intelectuais, o que nos permite afirmar que o processo de “conspiração” contra a comunidade afro-brasileira será perpetuado, cristalizando-se em um verdadeiro processo de genocídio que perdura até hoje.

É sob esta constatação que se evidencia nas precárias e degradantes condições de vida dos negros brasileiros que nós temos o aparecimento das primeiras entidades do movimento negro no Brasil, dentre as quais situam-se O Clarim da Alvorada e O Progresso que se consolidariam mais tarde na Frente Negra Brasileira, em 1931. A FNB se consolidaria como a primeira entidade negra que mobilizaria de fato a comunidade afro-brasileira em alguns Estados. Apesar de ter criado uma contra-ideologia racial, a FNB incorporou muito do ideário branco-europeu em seus discursos, além de ter uma aproximação com o nacionalismo fascista da era Vargas, o que provocaria as primeiras cisões. Em 1937, com a ditadura que se instaurou no Estado Novo, a FNB foi dissolvida.

Na década de 40, mais precisamente em 1944, nós temos o aparecimento do TEN (Teatro Experimental do Negro), liderado por Abdias do Nascimento, que se evidenciaria como a principal expressão negra à época, pois não se detivera apenas à formação de atores negros, mas a todas as questões que envolviam os mesmos. Em 1964 o TEN seria desmobilizado pela ditadura militar.

A instauração do regime militar causou automaticamente a desmobilização de boa parte da sociedade civil organizada, sendo a mesma posta na clandestinidade com o intuito de se efetivar um modelo econômico desenvolvimentista que na verdade potencializava as desigualdades sociais e raciais. Tal regime foi se tornando cada vez mais insustentável a partir da década de 70, quando ocorreu a greve dos metalúrgicos do ABC paulista ao mesmo tempo em que iam ressurgindo os denominados Novos Movimentos Sociais.

É nesse período que os movimentos sociais incorporam uma nova caracterização, no que diz respeito à sua cultura política. Esta seria composta, dentre outros fatores, pela autonomia dos movimentos frente aos agentes externos (Estado, partidos políticos, clientelismos, etc.) e pela compreensão das singularidades (raça, gênero, etc.) que compõem o dito proletariado. Aquele fator se evidenciaria em menor grau na região Nordeste.

No que concerne ao Movimento Negro, em nível nacional, é possível notar que algumas entidades, além dos fatores acima, iriam incorporar a valorização dos padrões

cultural e valorativo do negro e a construção de um discurso contestatário da ordem econômica vigente. A entidade negra que demonstrou tais características mais contundentemente foi o MNU (Movimento Negro Unificado), consolidado em 1978.

As organizações negras nesse período seriam influenciadas pelos movimentos de libertação nacional dos países africanos, junto com a luta dos afro-norte-americanos pelos direitos civis, e a emergência dos novos movimentos sociais no contexto da “abertura política” brasileira.

A esse contexto se associam o coronelismo e a elevadíssima concentração de renda em Alagoas, finalizando assim o cenário para o surgimento de uma das primeiras, se não a primeira entidade que se propunha a discutir a problemática racial no Estado: a Associação Cultural Zumbi, em 1979. Junto a ela nós teríamos ainda entidades como a União das Mulheres de Maceió (UMMA), representando a luta de gênero em Alagoas, e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que discutiria a questão indígena. Sobre tal processo nos falaria um ex-militante da ACZ:

“(...) aquele processo de abertura política do governo Figueiredo propiciou a condição de renascimento de vários movimentos sociais que estavam reprimidos pelo processo de repressão política. Então veio à tona não só o movimento de comunidades indígenas que reivindicavam (...) a questão da posse de suas terras (...) como também as mulheres a nível da Associação de Mulheres (...)”. (J. Roberto – 11/ 01/ 2003)

A partir desse quadro, faz-se necessário indagarmos: qual a caracterização da Associação Cultural Zumbi nesse período de “abertura política”? Ela acompanhou a perspectiva política dos então chamados Novos Movimentos Sociais? A ACZ acompanhou a prática político-reivindicatoria de algumas das entidades do Movimento Negro em nível nacional? O que causou a dissidência ocorrida na entidade?

Uma das hipóteses levantadas é a de que a posição e os vínculos sociais dos primeiros militantes diretamente envolvidos na consolidação da Associação Cultural Zumbi influenciaram na sua caracterização. Em outro momento nós temos a constatação que a Associação Cultural Zumbi acompanhou o discurso de algumas entidades do Movimento Negro no cenário nacional, embora não por muito tempo. Trata-se então de analisarmos o discurso daquela entidade para com a sociedade e seus próprios militantes. Para tanto, foram utilizados os documentos da mesma, além dos depoimentos de alguns de seus militantes.

O surgimento de organizações, no processo de abertura política, que se reivindicavam da causa negra no Estado de Alagoas está diretamente ligado ao processo de discussão referente ao tombamento da Serra da Barriga, como afirma um de seus militantes: “(...) nos anos 80, quando o movimento se organizou, inclusive ele surgiu como

resultado da presença de vários segmentos negros do Brasil aqui (...) pra discutir a Serra da Barriga (...)" (Zezito – 15/ 01/ 2003)

Parece-nos que no desenrolar da atuação do movimento negro alagoano, em especial a Associação Cultural Zumbi, a abordagem da Serra da Barriga, seja no que concerne ao seu tombamento ou a atividades a se desenvolver naquele local, será uma constante naquele movimento. De tal forma que a preocupação em se chegar nas bases (periferia) do segmento afro-descendente, de forma a constituir verdadeiramente um movimento, vai ficando cada vez mais distante. Tal preocupação será substituída pela seguinte pergunta: "O que fazer com a Serra da Barriga?"

Não se trata aqui de questionarmos a importância da Serra da Barriga em seu significado simbólico, enquanto legado da luta negra pela liberdade. Mas sim de abordar a atitude de um movimento que se pretendia "lutar contra todas as formas de discriminação do homem alagoano, principalmente do negro, integrando-o na sociedade brasileira"³ e "desenvolver, junto aos negros alagoanos, a busca da identidade negra e de seus valores culturais"⁴.

Para tanto, citamos em seguida um trecho do Programa de Ação do Movimento Negro Unificado, sob o qual nos basearemos para a efetivação de uma análise comparativa entre o caráter que algumas entidades vinham imprimindo e a prática política da Associação Cultural Zumbi:

"No capitalismo, a classe dominante (industriais, latifundiários e comerciantes) tem a sua riqueza e o seu poder oriundos da exploração do trabalho alheio. Para a sua sobrevivência, as camadas oprimidas lutam por empregos, salários e melhores condições de vida, enfrentando leis injustas criadas pela e para a classe dominante, diversas formas de repressão aos seus interesses e meios de marginalização das camadas mais exploradas da população, tendo como objetivo assegurar o poder e a riqueza dominante"⁵.

A preocupação em se consolidar uma organização que discutisse a problemática racial em Alagoas foi assim definida por uma de suas militantes, que ressalta a motivação cotidiana daquele período:

"As primeiras pessoas que se reuniram, a maioria era de nível universitário e, todos nós passando pelo colégio primário, colégio secundário. Chegando à Universidade dava pra notar a quantidade de negros que chegava a estudar (...) eram poucos e o questionamento era: por que tão poucos? Por mais que o Brasil diga que não há discriminação racial, por que o acesso do negro era tão limitado? (...) Então esses questionamentos sempre vinham na cabeça (...) E por que não lutar?" (Silvete – 14/ 11/ 2002)

Outro militante, evidenciando as movimentações da época de formação da ACZ, assim a definiu:

“(...) nos anos 80, quando o movimento se organizou, inclusive ele surgiu como resultado da presença de vários segmentos negros do Brasil aqui. A Universidade Federal de Alagoas, na década de 80 (...) fez um grande evento aqui pra discutir a Serra da Barriga e nisso estavam presentes vários representantes do movimento negro no Brasil (...) como o próprio MNU, os Negrões da Bahia, o movimento Alma Negra do Amazonas (...)”. (Zezito – 15/ 01/ 2003)

É possível notar que a caracterização que a Associação Cultural Zumbi iria incorporar enquanto entidade estaria já anunciada em sua própria denominação. A afirmação da cultura negra constituiu um dos principais avanços no discurso do movimento negro nacional, no entanto, tal afirmação se vê insuficiente na medida em que ela por si só não basta à resolução da problemática negra.

Tal fato, o caráter cultural da entidade seria explicado não só pelo momento histórico vivenciado no país, a censura ditatorial, mas também e principalmente pelo vínculo que seus primeiros militantes tinham com o Estado. Em outro momento, um de seus militantes definiria a prática política daquela entidade:

“O movimento negro nosso ele não é um movimento negro de bater, ele questiona, mas não questiona criando conflitos ou áreas de atrito (...)”.

Ainda diria o mesmo a respeito da denominação da entidade:

“(...) nós nos preocupamos em colocar um nome que não afrontasse os segmentos sociais de Alagoas (...)”. (Zezito – 15/ 01/ 2003)

Neste depoimento, podemos perceber evidências de um caráter integracionista que a Associação Cultural Zumbi incorporaria, de tal forma, que o nome da entidade deve ser encarado como consequência de sua prática política. Com isso podemos afirmar que aquela entidade levou o seu protesto até onde não incomodasse os segmentos diretamente beneficiados com a ordem racial vigente. Tal caracterização se deu sob o privilegiamento de uma postura de afirmação da cultura negra em detrimento de uma prática política reivindicatória. Sobre tal questão, um de seus militantes afirmaria: “(...) Nosso objetivo final não era ficar numa luta cultural, mas sim fazer a ponte da questão

cultural pra questão política que era a questão de fundo do negro brasileiro (...) só que... durante o desenvolvimento da ACZ isso se tornou inviável (...)" (Marcelino – 15/ 10/ 2002)

Tal polarização, existente entre as entidades do Movimento negro nacional, as quais evidenciavam de um lado um caráter cultural e do outro um caráter político reivindicatório, esteve presente no período de rearticulação do Movimento negro brasileiro como é o caso de Estados como Bahia e Pernambuco, onde o Movimento Negro Unificado sempre polarizava com as demais entidades.

Em outro momento, a Associação Cultural Zumbi ainda demonstraria uma forte relação com os agentes externos, em especial o Estado, como nos afirma um de seus militantes: "Nós criamos muitas áreas de apoio, de parceria. Tanto no Estado como na sociedade civil. Nós fizemos (...) muitos convênios com o Governo Federal". (Zezito – 15/ 01/ 2003).

Tal fato nos leva a concluir que a independência política da ACZ era um fato quase que inexistente, o que evidencia o não acompanhamento daquela entidade em uma das características dos Novos Movimentos Sociais que diz respeito à sua independência dos agentes externos. Tal característica seria menos evidente nas organizações da região Nordeste de uma forma geral.

Ao tomarmos a prática do Movimento Negro Unificado (MNU) como base para analisarmos a prática política da Associação Cultural Zumbi, indagamos a um de seus militantes, o por quê da não consolidação de uma seção daquela entidade aqui no Estado, onde nós tivemos a seguinte resposta:

"A seção do MNU não conseguiu se estabelecer aqui (...) por que ninguém quis assumir a politização da luta (...) As maiores lideranças que existiam não quiseram, não se propuseram a assumir a politização da luta. Não quiseram (...) fazer a transição da luta cultural para a luta política (...)". (Marcelino – 15/ 10/ 2002)

Neste trecho, extraído do seu primeiro boletim, podemos notar a verbalização de seu discurso: "A ASSOCIAÇÃO CULTURAL ZUMBI surgiu da necessidade dos negros alagoanos organizarem-se para combater a discriminação racial em nosso Estado, visando à valorização do homem negro".

Percebe-se neste trecho a preocupação com a valorização da pessoa negra, ou seja, a fomentação de um processo de identidade étnica no qual o negro seria uma particularidade. Nesse momento, temos a Associação Cultural Zumbi fugindo dos padrões tradicionais de compreensão da camada social menos favorecida, o qual entende aquele segmento como um todo homogêneo e destituído de suas particularidades. Em seu entendimento, o segmento menos favorecido seria composto por setores idiossincráticos

que por sua vez trazem seus respectivos problemas específicos. Tal compreensão enfoca as relações travadas no cotidiano, entendendo o mesmo como dotado de várias áreas de conflito.

No movimento negro, tal característica seria definida como negritude, o que mostra a sintonia da Associação Cultural Zumbi com o movimento negro nacional. O mesmo é confirmado por um de seus militantes: “A bandeira principal da ACZ na década de 80, 81, 82, era essa (...) era a afirmação da cultura e do ser negro, da personalidade do negro (...).” (Marcelino – 15/ 10/ 2002).

Por outro lado, há uma ausência no que diz respeito ao discurso contra a ordem capitalista vigente, tendo em vista que essa foi uma das principais características que algumas entidades do movimento negro nacional imprimiu.

Em outro momento, podemos ver a negritude levada ao máximo por um de seus militantes, onde a essa acrescentaria a crítica à ordem econômica vigente quando critica a dívida externa brasileira. A isto, soma-se também uma evidente reivindicação de uma perspectiva histórica que tem sido sempre marginalizada, aquela contada sob uma perspectiva do oprimido:

**“DE PÉ, VITIMAS DA TERRA:
OU, A ASSOCIAÇÃO CULTURAL ZUMBI”**

Marcelino Máximo Dantas da Silva

Considerada sob o ponto de vista dos famintos da Terra, a violência Institucionalizada nos foi ensinada historicamente pelos brancos-civilizados do Primeiro Mundo. São os que comem melhor atualmente. O Dr. Darcy Ribeiro diz, que mais da metade da população autóctone das Américas, da África, da Austrália e Ilhas Oceânicas morreu no primeiro contacto com o invasor branco: Ingleses, Alemães, Franceses, Holandeses, Espanhóis, Portugueses e muitos outros a exemplo do Genovês Cristóvão Colombo que iniciou o grande saque das Américas em 1492.

Como os povos europeus, no seu etnocentrismo atávico, fizeram sinônimas palavras como “branco” e “civilizado”. Chegamos à conclusão de que o grande legado da Civilização Ocidental e Cristã Branca, ora em processo de desagregação, para a Civilização do Terceiro Milênio, ora em formação, é a violência. Essa violência suprema da Civilização Ocidental e Cristã Branca está sobejamente comprovada nos Arsenais Atômicos existentes atualmente, capazes de destruir toda a Terra por várias vezes. Faltando apenas 19 anos para o fim deste Milênio esta é a nossa realidade social planetária.

Do ponto de vista dos famintos da Terra existem duas formas de se enxergar a violência Institucionalizada: Há a violência de quem nos invadiu, dizimando a metade dos agora, no momento histórico em que vivemos no Brasil, atendendo a necessidades da comunidade Negra brasileira, no sentido de concretizar aspirações pessoais dos Negros (sempre submetidos a uma marginalização social aqui). Assim como também por uma

espécie de Determinismo Histórico que nos leva, enquanto maioria da população brasileira segundo estatísticas internacionais, a concretizar uma Cultura Brasileira. (...).

O Discurso, isto é, o que as Classes Dominantes mostram, deixa a impressão de que no Brasil, todo mundo vivencia o Samba, o Côco, o Baião (Manifestações de uma “Cultura Brasileira”). Para que em nome dessa Maioria e, respaldada por Ela, Maioria, dentro do aparato de Estado, possam auferir Lucros e/ou Privilégios de uma Dívida Externa Galopante que vai ser paga por Todos.

Durante séculos, os Negros sobreviveram aos vários Genocídios que sofreram. Hoje, como tal e, depois de tudo, nos estamos gradativamente organizando. Para que possamos, dessa forma, sermos reconhecidos também como Cidadãos de Primeira Classe pelo Estado Brasileiro. Participando outrossim dos Privilégios concedidos às Classes Dominantes desde 1500.”

Neste texto de Marcelino Maximo Dantas da Silva, que mais se parece com um documento de fundação da Associação Cultural Zumbi, temos a negritude evidenciada sob uma crítica contundente à cultura branca predominante ao mesmo tempo em que denuncia o caráter velado do racismo brasileiro. Em outro momento, percebe-se a busca de uma interpretação própria do processo histórico, por parte dos segmentos historicamente excluídos, tendo em vista que aquela tem sido secularmente monopolizada pelos europeus.

Mais tarde, a ACZ incorporaria ao seu discurso uma crítica à ordem vigente, o qual se evidenciou no Encontro de Negros do Norte e Nordeste realizado em Maceió:

“A dependência tecnológica é hoje a pedra angular de todo um processo de dominação econômica política e cultural – ideológica exercida pelos países ricos sobre nós, países pobres da Terra. No momento em que se coloca como alternativa para sairmos de nossa tradicional pobreza, a UNIÃO DE TODOS OS FAMINTOS DO MUNDO CONTRA O OCIDENTE OBESO E DECADENTE. Nada mais urgente do que começarmos, o mais cedo possível, a formular uma alternativa tecnológica nossa englobando métodos de pesquisa novos e sobretudo nos libertarmos de tecnologias e processos de industrialização exploradores e repressivos (...)”⁶.

Neste momento, temos não só a crítica à ordem vigente onde a mesma ganha um caráter internacional e é entendida de uma forma bem sintética, como temos também o princípio de uma proposição alternativa a tal ordem, na qual o caráter explorador e repressivo desse sistema seria erradicado.

Embora a Associação Cultural Zumbi tivesse um discurso coerente, isso não seria o suficiente para evitar a primeira cisão sofrida pela entidade. A mesma ocorreria por volta de 1984 onde alguns de seus membros sairiam da organização formando o grupo Filhos

de Zumbi, que duraria cerca de dois anos. Um dos motivos da dissidência seria o fato de que a ACZ não teria uma política para se chegar à base da população afro-descendente do Estado, como diz um dos militantes dissidentes, acrescentando ainda que as discussões ocorridas na Associação Cultural Zumbi ficaram muito concentradas na abordagem da Serra da Barriga: “(...) ficou muito naquela luta concentrada na luta pra questão da Serra da Barriga (...) Tinha que se fazer movimento de base, tá entendendo, aí houve a dissidência”(Mariano – 24/ 10/ 2002).

Os militantes que permaneceram, por sua vez diriam que “(...) a discussão que houve no rompimento não foi uma discussão política”, (Zezito – 15/ 01/ 2003) e ainda que “(...) houve a questão natural de qualquer instituição pelo revezamento do poder”. (J. Roberto – 11/ 01/ 2003)

O que nós temos de concreto é que, de fato, a Associação Cultural Zumbi tinha uma deficiência no que diz respeito à fomentação de uma política de base. É perceptível no depoimento de seus militantes que a ACZ fazia palestras constantes nas escolas do Estado. No entanto, tais palestras não eram seguidas de um maior acompanhamento, onde mais tarde a entidade pudesse ter a formação de quadros. Acreditamos que houve um erro no que diz respeito ao direcionamento de tais palestras, as mesmas deveriam ter sido desenvolvidas junto aos grupos negros organizados, de forma a ter um maior controle sob tal formação. Sobre este assunto comentaria ainda um de seus militantes: “Como é que ela é uma Associação que tenta discutir a questão do negro se a maioria da população negra está fora da Associação? Era essa a nossa grande contradição, o nosso grande problema.” (J. Roberto – 11/ 01/ 2003).

Apesar dos problemas, a Associação Cultural Zumbi pôde contribuir com o processo de tombamento da Serra da Barriga, que se deu em 1985, sendo resultado da concentração de esforços de entidades do país inteiro. É nesse processo que temos o surgimento do Memorial Zumbi, ao qual a ACZ se vinculou, constituindo uma espécie de conselho que seria ainda composto por algumas representações nacionais. O Memorial Zumbi tinha por objetivo construir um Memorial na serra da Barriga, que concentraria tanto documentos como os assuntos referentes à questão negra. Ainda nesse processo nós teríamos o surgimento da Fundação Cultural Zumbi dos Palmares (Fundação Zumbi), órgão diretamente ligado à Prefeitura do Município de União dos Palmares, que também contribuiu com o processo de tombamento da Serra.

Na verdade, o Memorial Zumbi e a Fundação Zumbi tinham cada qual o seu projeto, afora o tombamento, para ser executado na Serra da Barriga, mas nenhuma das duas instituições obtiveram êxito em seus objetivos, tendo em vista a não disposição de verbas por parte do Governo para a consolidação dos mesmos.

Como todas as entidades negras do país, no decorrer de sua atuação, a Associação Cultural Zumbi também sofreu de algumas rotulações advindas dos setores mais reacionários e mesmo até dos que se pretendem discutir a questão negra. É nesse sentido que a ACZ e outras entidades receberam as mais variadas críticas, sendo taxada desde uma entidade que queria fundar um “Estado negro” no país até de “racista às

avessas” como atesta o depoimento de seus militantes: “Aqui em Alagoas (...) a esquerda tem um certo preconceito com o movimento negro porque eles acham que a gente tenta substituir a luta de classes por uma luta racial”. (Marcelino – 15/ 10/ 2002). Em outro momento: “(...) alguns (...) achavam que a questão negra... não existia a questão racial, o que existia era uma questão de classe (...)”. (Vanda – 07/ 11/ 2002).

Estes argumentos demonstram a “falta de compreensão” de alguns setores da sociedade sobre a particularidade da problemática negra, o que por sua vez, dificultaria o avanço na atuação do movimento negro aqui no Estado.

A Associação Cultural Zumbi, enquanto uma das primeiras entidades do Movimento negro alagoano, pôde discutir e inserir no Estado a preocupação com a comunidade afro-alagoana enquanto particularidade de uma população. Tal empreendimento se deu de forma a privilegiar a afirmação cultural da luta negra em detrimento de uma postura política reivindicatória, o que evidencia uma prática política limitada naquela Associação. A consequência dessa situação é a despolitização da luta negra, ficando esta reduzida à afirmação do ser negro, embora tal fator seja importante, desde que não se constitua em um fim. Este, seria a efetivação (proposição) de políticas públicas que venham de fato a colocar o afro-descendente na condição de cidadão brasileiro.

O estudo do Movimento negro em Alagoas e em especial da Associação Cultural Zumbi, constitui tarefa inacabada, tendo em vista que foi dado um dos primeiros passos na busca de sua compreensão e problematização.

Notas

* Artigo apresentado ao Departamento de História/ CHLA da Universidade Federal de Alagoas para a obtenção do Grau de Licenciatura em História, sob a orientação do Prof. Moisés de Melo Santana. Maceió, fevereiro de 2003.

** É historiador.

¹ O conceito de movimento negro é aqui trabalhado enquanto um movimento que se pretende defensor dos interesses de uma coletividade nas esferas política, social, econômica, cultural, religiosa, etc.

² José Zumba se constituiu em uma das muitas pessoas que exteriorizaram a sua insatisfação perante a degradante situação do estoque afro-descendente de nosso país e do mundo. A forma pela qual se comunicava era a pintura. Esta retratava vários momentos do cotidiano do negro ao mesmo tempo em que evidenciava uma angústia do pintor em elevar a auto estima do afro-descendente. José Zumba falece em 1996.

⁶ Trecho extraído do texto de contribuição da Associação Cultural Zumbi ao IV Encontro de Negros Norte-Nordeste, realizado em Maceió/AL.

Referências Bibliográficas

ALTAVILA, Jaime de. *História da Civilização das Alagoas*. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1962.

ANDREWS, George Reid. “O protesto político negro em São Paulo – 1888-1988”. In *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21, 1991. p. 27-48.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. *Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília*. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares, 1994.

D’AMORIM, Eduardo. *África, essa mãe quase desconhecida*. Pernambuco: Edições Horizontes, 1996.

- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, v. 1 e 2, 1978.
- _____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: DIFEL, 1972.
- _____. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- FREITAS, Décio. **Palmares e a Guerra dos Escravos**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954.
- _____. **Nordeste: aspectos da influencia da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora; FUNDARPE, 1985.
- GENOVESE, Eugene D. **O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- MAUÉS, Mª Angélica Motta. “Da ‘branca senhora’ ao ‘negro herói’: a trajetória de um discurso racial”. In **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 21, 1991. p. 119–129.
- MUNANGA, Kabengele. **Estratégias e Políticas de Combate a Discriminação Racial**. São Paulo: EDUSP; Estação Ciência, 1996.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- _____. “A Construção do Movimento Negro”. In: GUIMARÃES, Antônio S. Alfredo & HUNTLEY, Lynn (Orgs). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- REIS, João José & GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- NINA RODRIGUES, Raimundo. **Os africanos no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UNB, 1982.
- RIBEIRO, Darcy. Assimilação ou segregação. In: RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SADER, Éder. “Idéias e questões”. In: SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTANA, Moacir. **A queima dos registros de escravos**.
- SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**, 12ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, J. Paulo. (Orgs.). **Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Jorge da. **Direitos civis e relações raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Luam, 1994.
- SILVA, Maria Auxiliadora Gonçalves da. **Encontros e desencontros de um movimento negro**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1994.
- SILVA, Nádia Rodrigues da. & MOURA, Tereza Cristina Vidal de N. **Organizações não-governamentais e movimentos sociais populares em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A ideologia do colonialismo e seus reflexos no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

SKIDMORE, Thomas E. ***Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro***. Oxford University Press, 1974.